

EDITORIAL

Vivemos um tempo de bifurcação histórica. Um tempo que exige decisões cruciais face à convergência de crises globais que se alimentam reciprocamente, expondo os limites da civilização moderna. A magnitude das transformações necessárias nesse momento histórico possivelmente só encontra dois precedentes no transcurso dos 200 mil anos compreendidos pela presença humana no planeta: 1) a revolução neolítica, com o advento da agricultura, há cerca de dez mil anos; 2) a revolução industrial, processo iniciado há 300 anos, cujo desdobramento nos conduziu ao atual estado de crise multifacetada em escala global.

Essas revoluções impulsionaram alterações de larga escala e de longo alcance nas formas como a Humanidade se integra ao conjunto da Biosfera, bem como nas configurações societárias correspondentes. Tudo indica que o equacionamento das causas e efeitos das já inexoráveis mudanças climáticas, bem como das demais crises de abrangência global que corroem as bases das sociedades modernas, requeira transformações socioecológicas de igual radicalidade. No entanto, diferente dos processos anteriores, nascidos localmente e disseminados globalmente, a chamada *era da globalização* cobra também o concurso de transformações nos mecanismos de governança global e nas políticas de desenvolvimento adotadas pelos Estados nacionais.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Eco 92, poucos foram os avanços para superar as profundas contradições entre os acordos de governança global nas áreas de desenvolvimento e de meio ambiente. Diante dessa inércia institucional, o desenvolvimento permanece sendo concebido, promovido e legitimado como o resultado automático do crescimento econômico, um processo social aferido pelas variações no Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, essa medida de desempenho econômico não discerne se os bens ou serviços produzidos pelas nações são benéficos ou maléficos para as perspectivas de bem-estar e sustentabilidade. Tampouco contabiliza as trocas econômicas não mercantilizadas e a degradação dos bens naturais empregados no processo econômico. Portanto, além de desprezar a importância do trabalho reprodutivo e os intercâmbios econômicos baseados na reciprocidade, o PIB é um indicador incapaz de captar a distinção entre os processos produtivos e os destrutivos.

A oficialização pela ONU da *Agenda 2030 – Transformando Nosso Mundo* colocou na ordem do dia da comunidade internacional um conjunto abrangente de *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Em que pese a debilidade política desse documento enquanto instrumento vinculante das políticas nacionais, ele possui a virtude pedagógica de lançar luzes sobre um amplo leque de desafios a serem equacionados de forma combinada no curso dos próximos 15 anos. Entre os aportes ao debate internacional, os ODS apontam para a urgente necessidade de superação do reducionismo das contabilidades produtivistas restritas à esfera da circulação mercantil utilizadas pelos países na aferição de seus processos de desenvolvimento.

Esta edição especial da *Revista Agriculturas* reproduz sínteses de estudos realizados em países latino-americanos sobre a contribuição da Agroecologia para a efetivação dos potenciais multifuncionais da agricultura familiar camponesa. Os efeitos positivos sistematizados a partir de perspectivas multifocadas explicitam o papel central que o campesinato poderá desempenhar para o alcance dos ODS, desde que tenha condições políticas e institucionais para expressar suas variadas virtudes, contribuindo para que a Humanidade enverede pelo caminho mais promissor da bifurcação civilizacional com a qual se depara.

O editor

Revista *Agriculturas*: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, um projeto editorial executado no âmbito da Rede AgriCulturas (AgriCultures Network) www.agriculturesnetwork.org

Rua das Palmeiras, n.º 90
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Universidade Federal de Viçosa

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

Romier Sousa

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Assistência de edição - Rosa L. Peralta

Editores Convidados – Gabriel B. Fernandes e Jorge O. Romano

Base de dados de subscritores – Carolina Soares

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Jair Guerra Labelle

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – Gabriel B. Fernandes

Projeto gráfico e diagramação – Igmair Comunicação Integrada

Impressão: Reproset

Tiragem: 1.500

Esta edição foi publicada em espanhol pela *Leisa Revista de Agroecologia*, periódico produzido pelo ETC-Andes, organização parceira na AgriCultures Network. Ver em www.leisa-al.org



Esta edição contou com o apoio do Projeto Aliança pela Agroecologia, uma iniciativa cofinanciada pela União Europeia.

O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade da AS-PTA e de seus parceiros e de modo algum pode ser tomado para refletir a posição da União Europeia.